A EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA

Paulo Márcio Leal de Menezes

Universidade Federal do Rio de Janeiro Geografia – Laboratório de Cartografia (GeoCart)

pmenezes@acd.ufrj.br

Manoel do Couto Fernandes

Alline Colli Dias

Kairo da Silva e Souza

Juliana Rambaldi do Nascimento

Resumo

O Estado do Rio de Janeiro possui uma cartografia riquíssima, desde o início do século XVII, onde é possível distinguir de uma forma bastante clara, diversas fases de sua evolução política-administrativa, bem como a ocupação de seu território.

A partir das Capitanias de São Vicente e São Thomé, é criada a Capitania Real do Rio de Janeiro, mais tarde alterada para Capitania do Rio de Janeiro, até a independência de Portugal, em 1822, quando passa à categoria de Província. Em 1889, com a Proclamação da República, transforma-se em um Estado da República Federativa. A área do atual município do Rio de Janeiro, que durante o Império foi o Município Neutro e em parte da República o Distrito Federal, somente irá ser anexada ao Estado do Rio de Janeiro em 1975, delimitando o seu território final.

A metodologia desenvolvida para a evolução das divisões administrativas dos 92 municípios atuais foi definida por um processo de desconstrução dos seus limites, relativos a cada período de criação e instalação de novas divisões. Logo foi verificada a necessidade de um aprofundamento de todo o processo, em vista da existência de divisões extintas, alterações toponímicas e ortográficas das sedes municipais, as quais viriam a aumentar significativamente o número de períodos de mudanças em relação às divisões administrativas.

Através da Cartografia Histórica é possível fazer um balizamento bastante efetivo até meados do século XVIII, relativamente ao Estado como um todo. Para as divisões internas foram selecionados, dentro do acervo histórico do Estado, mapas que permitem efetivamente a comprovação para épocas anteriores a 1890, chegando-se às definições, com uma alta probabilidade de acerto, até o primeiro quarto do século XIX.

A partir do fim do século XIX, através dos documentos definidos pelas divisões territoriais brasileiras, (DTB), obtém-se facilmente a comprovação para as épocas de suas publicações. Não são todos, porém, os períodos cobertos, havendo necessidade de se conhecer profundamente a história de cada município para a definição correta dos limites de cada período.

Palavras Chave: Evolução político-administrativa; Estado do Rio de Janeiro; Cartografia Histórica; Involução Cartográfica

Abstract

The state of Rio de Janeiro has a rich cartography from the early seventeenth century, where it is possible to distinguish in a very clear way, the several stages of its political and administrative developments, as well as its territory occupation.

From the captaincies of Sao Vicente and Sao Thome, is created the Royal Captaincy of Rio de Janeiro, later changed to Captaincy of Rio de Janeiro, during the colonial period until the independence from Portugal in 1822, when it reached to a Province rank. In 1889, with the proclamation of the Republic, is changed into a State of the Federal Republic. The area of the current Rio de Janeiro municipality, which during the Empire was the Neutral Municipality, and from the Republic the Federal District, was attached to the State of Rio de Janeiro in 1975, thus defining its final territory.

The developed methodology for the evolution of the administrative divisions for the current 92 municipalities was defined through a deconstruction process of its limits, for each period of creation and installation of new divisions. Soon it was identified the need for a thorough research regarding the entire process based on the existence of extinct

divisions, place names and orthographic changes, which would significantly increase the number of period´s changes regarding the administrative divisions.

Through the Historical Cartography it is possible to have a very effective follow up until the mid-eighteenth century, for the state as a whole. For the internal divisions were selected, within the state historical maps collection, maps that effectively allow the evidence earlier to 1890, reaching to the definitions, with a high probability of accuracy, until the first quarter of the nineteenth century.

From the late nineteenth century, through documents defined by the Brazilian territorial divisions (DTB), proof for each publishing can be obtained. However, not all the periods were covered, bringing the need to deeply know the history of each municipality for the correct definition of its limits for each period.

Keywords: political and administrative evolution; Rio de Janeiro state; Historical Cartography; Involution Cartographic

1 – Introdução

1.1 Posicionamento do Problema e Justificativa

Em 2002 o Laboratório de Cartografia, GeoCart, do Departamento de Geografia da UFRJ, atuando principalmente nas áreas de Cartografia Digital, apoio cartográfico e Geoprocessamento, constatou a existência de problemas e dificuldades, não só geradas no Laboratório, como também por parte dos usuários externos, relacionados ao apoio à informações solicitadas, associados a mapas que pudessem ser utilizados em estudos históricos, abrangendo antigas divisões políticas administrativas. Esses problemas, na grande maioria das vezes, envolvem tanto a obtenção das informações históricas, como também a obtenção de mapas que estejam coerentes e interligados às informações envolvidas, principalmente quando é apresentada a necessidade de juntar informação, mapa e temporalidade. Por outro lado, nota-se uma quase completa inexistência de mapas que possam ser associados à bases de dados temporais.

Em 2003 o GeoCart apresentou à FAPERJ o Projeto Involução Cartográfica do Estado do Rio de Janeiro, aprovado e que se desenvolveu em dois anos, tendo sido encerrado, para a Fundação, em 2005, porém, devido as pesquisas desenvolvidas, o projeto, além de continuar ativo na Universidade, apesar de ter sido desacelerado, apresentou desenvolvimentos em outras áreas de pesquisa, tanto em Cartografia Histórica, Toponímia e na própria evolução política-administrativa, que justifica o seu retorno ao rol de pesquisas do Laboratório.

Inicialmente o Estado do Rio de Janeiro apresenta um quadro de evolução política-administrativa dinâmico, envolvendo apenas os 92 municípios, ou seja, em 2002 foi efetuada a última instalação de município, totalizando os 92 municípios. De 2001 a 1565, data de fundação da cidade do Rio de Janeiro, ocorreram, segundo análise nas atuais municipalidades, 45 alterações, em relação conforme pode ser observado no gráfico 1. Desta forma, pode-se verificar que deveriam existir 45 mapas, que possibilitassem mostrar a evolução política-administrativa do estado. O gráfico 1 apresenta a evolução municipal do Estado, em relação aos 92 municípios.

Municípios Existentes por Período

PERÍODO	MUNICÍPIOS	PERÍODO	MUNICÍPIOS	PERÍODO	MUNICÍPIOS
2003 - 2001	92	1939 - 1936	49	1843 - 1838	22
2001 - 1997	91	1936 - 1893	48	1838 - 1833	21
1997 - 1993	81	1893 - 1891	41	1833 - 1826	16
1993 - 1990	70	1891 - 1890	37	1826 - 1820	15
1990 - 1989	69	1890 - 1889	35	1820 - 1819	14
1989 - 1986	66	1889 - 1883	34	1819 - 1815	12
1986 - 1964	64	1883 - 1875	32	1815 - 1814	11
1964 - 1963	63	1875 - 1862	31	1814 - 1801	9
1963 - 1960	62	1862 - 1861	30	1801 - 1789	8
1960 - 1956	61	1861 - 1859	29	1789 - 1679	7
1956 - 1955	60	1859 - 1855	27	1679 - 1667	6
1955 - 1953	59	1855 - 1850	26	1677 - 1667	4
1953 - 1947	57	1850 - 1849	25	1667 - 1624	3
1947 - 1944	53	1849 - 1846	24	1624 - 1616	2
1944 - 1939	51	1846 - 1843	23	1616 - 1565	1

Gráfico 1 – Evolução do número de municípios existentes nos 45 períodos levantados

1.2 Finalidade e Objetivos da Pesquisa

Tendo em vista a justificativa apresentada, esse Projeto teve por finalidade a realização de uma pesquisa da evolução cartográfica reversa, ou seja, da involução cartográfica do Estado do Rio de Janeiro, associada às divisões administrativas do Estado do Rio de Janeiro, em caráter temporal.

Por outro lado, dentro da finalidade estabelecida, podem ser alinhados os seguintes objetivos:

Objetivo principal:

Estabelecer a cartografia digital reversa do Estado do Rio de Janeiro, em suas diversas divisões administrativas e políticas: municipais, regionais, micro-regiões, espacial e temporalmente, gerando-se bases cartográficas digitais e analógicas, em escalas e precisões compatíveis com aplicações temáticas. Figura 1.

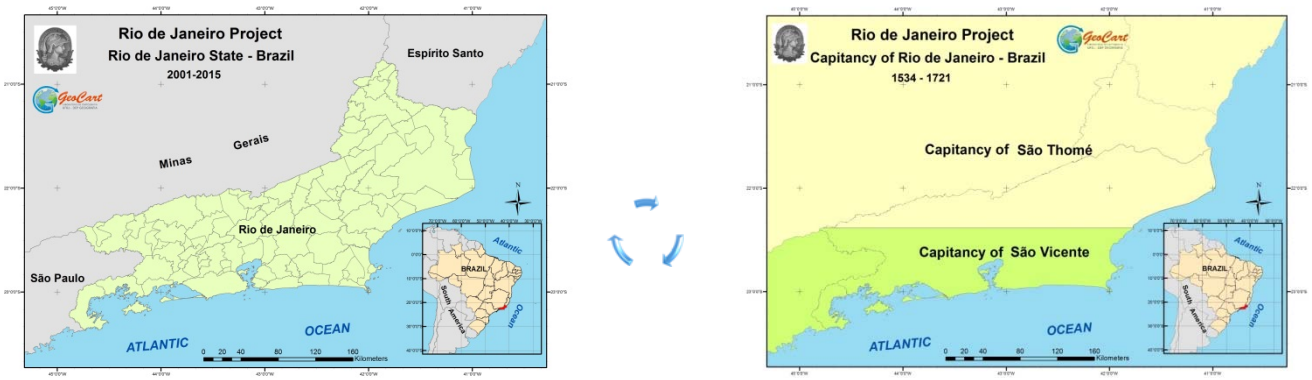

Figura 1 – Desenvolvimento involutivo – Cartografia Reversa

Objetivos secundários:

- Desenvolver um estudo reverso das divisões administrativas do Estado, associado à sua cartografia;
- Estabelecer uma ligação entre informações temáticas comuns entre as bases cartográficas e informações disponíveis em fontes oficiais e não oficiais.
- Apresentar as bases cartográficas em diversos formatos gráficos, compatíveis com *softwares* existentes no mercado, com a ligação à tabelas ou bancos de dados também existentes, disponibilizando-as para utilização pelo público usuário;
- Gerar trabalhos de graduação em Geografia, a nível de estágio de campo e monografia (trabalhos de fim de curso), bem como a formação de recursos humanos, à nível de mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, associado ao projeto proposto.
- Geração de trabalhos de cunho científico para disseminação da pesquisa realizada em fóruns internos e externos à UFRJ;

2– Produtos e Resultados da Pesquisa

A pesquisa, por ter um desdobramento de 24 meses por parte da FAPERJ, foi encerrada em 2005, não tendo sido dada a sua continuidade, devido a restrições econômicas dos órgãos de fomento na época. Porém ela teve continuidade por parte do Laboratório, por fazer parte de uma de suas linhas de pesquisa. Apresentou os seguintes resultados relevantes:

A - Elaboração do mapa da Involução Cartográfica do Estado do Rio de Janeiro, conforme pode ser visto na figura 2.

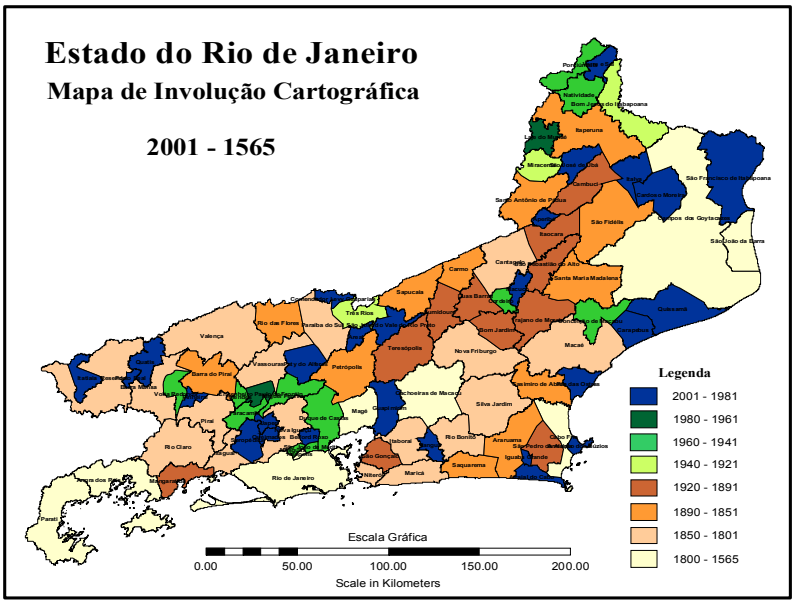

Figura 2 – Estrutura involutiva do Estado do Rio de Janeiro

Este mapa mostra para oito períodos temporais, os municípios instalados em cada um deles. A finalidade é apresentar a temporalidade da criação dos municípios.

B – Pesquisa bibliográfica para suportar o trabalho. Neste aspecto foram listadas as referências bibliográficas utilizadas no trabalho, as quais se encontram disponíveis no Laboratório de Cartografia. Trata-se de uma extensa bibliografia sobre cada um dos municípios, artigos e relatórios, do IHGB, IBGE, Fundação CIDE, Fundação CEPERJ, bem como mapas e documentos históricos do Estado do Rio de Janeiro e de diversos municípios.

C – Foram elaborados os 45 mapas de cada período, em relação aos 92 municípios, classificados em comprovados, possíveis e prováveis, tendo em vista a acuracidade dos limites administrativos para cada uma das divisões.

Os mapas foram elaborados segundo a metodologia adotada, através da desconstrução dos limites e construção dos limites prévios. Todos os limites foram baseados nos limites atuais e reconstruídos através das consultas à bibliografia, bem como a cada uma das Leis de criação e instalação dos municípios.

Dentro da metodologia, inicialmente foram geradas as bases em formato AutoCad (.dwg), para depois ser implantado em formato shape (.shp). Hoje, no entanto, todo o trabalho está sendo realizado diretamente utilizando-se o ArcGis, em versão 10.3.

Para cada mapa, dentro do formato ArcGis, associou-se uma tabela básica, contendo o nome do município, bem como algumas informações importantes, tais como: data de criação e instalação, número de distritos, deixando-se a possibilidade de que fosse possível a adição de novas informações. A figura 3 mostra alguns dos mapas criados em relação a alguns dos períodos.

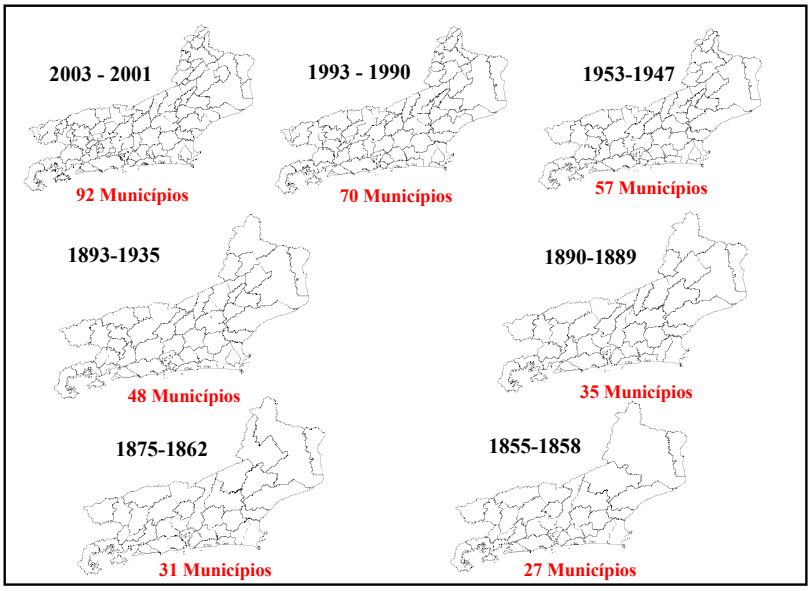

Figura 3 – Alguns dos mapas gerados entre 2011 e 1858

D – A genealogia de cada um dos municípios foi outro aspecto pesquisado. Ela apresenta-se de forma bastante simples, porém tem que ser encarada cuidadosamente uma vez que inúmeros municípios foram criados pela fusão de áreas de diferentes municípios, bem como pela agregação de distritos de outros municípios. Desta forma a genealogia tem que contemplar todas as divisões que deram origem à nova divisão administrativa criada.

É importante frisar que a partir deste estudo, foram iniciadas as pesquisas nas áreas de cartografia histórica e toponímia relativa ao Estado.

As figuras 4 e 5 mostram árvores parciais da criação dos municípios, tanto com a divisão espacial, mas podendo-se observar também a época de criação de cada um deles. A figura 6 mostra um exemplo do que é possível apresentar para o Município de Nova Iguaçu.

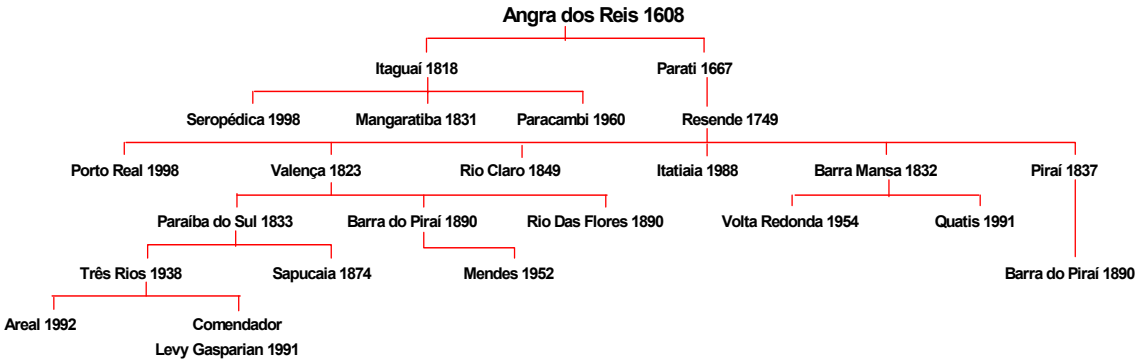

Figura 4 – Genealogia a partir de Angra dos Reis

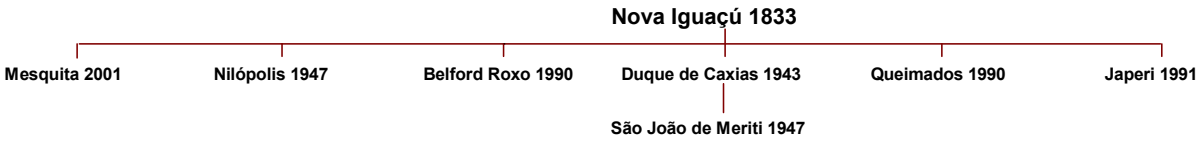

Figura 5 – Genealogia a partir de Nova Iguaçú

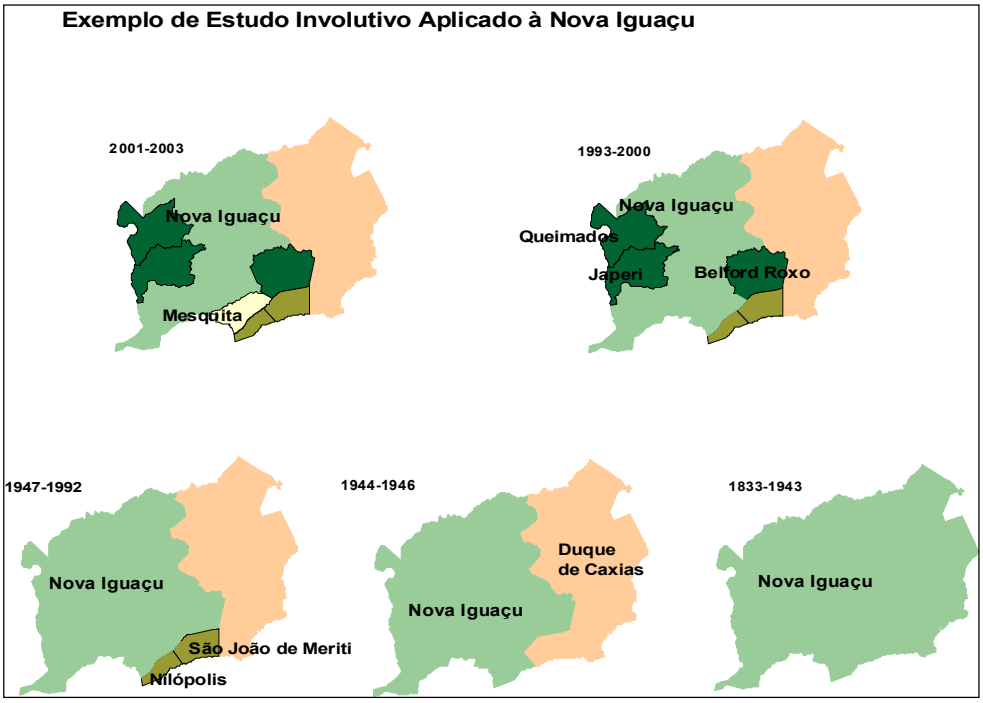

Figura 6 - Involução de Nova Iguaçu, segundo a genealogia apresentada.

Antes da finalização do projeto, durante principalmente a fase de estudo da genealogia dos municípios, verificou-se que o trabalho não estava completo, não devido ao surgimento de novos fatores, mas relativos a aspectos que deveriam ter sido levados em consideração anteriormente para que o objetivo principal fosse plenamente atingido.

Foram alinhavados outros elementos que estão sendo tratados e pesquisados, visando à completude do trabalho:

- Consideração da alteração de nomes de municípios, vilas e cidades, seja por atualização ortográfica, seja por alteração completa ou parcial do nome, sobre uma mesma área geográfica;

- Variação da área geográfica sobre duas ou mais divisões administrativas;

- Divisões administrativas extintas.

3 – Evolução Política do Estado do Rio de Janeiro

A evolução politico-administrativa do Estado inicia-se na realidade em 1534, quando da criação das capitanias hereditárias. Alguns fatos são marcantes para que haja a fixação do colonizador, bem como a adoção das estruturas vigentes em Portugal. Cronologicamente os limites do Estado tiveram uma ordem cronológica com fatos bem definidos, enquanto a ocupação e povoamento decorreram de outros aspectos, principalmente de acordo com alguns fatores que definiram o povoamento da costa e do interior.

Cronologia da Evolução Política do Estado:

- 1534 - Criação do sistema de Capitanias Hereditárias;

- 1555 a 1567 - Invasões Francesas - França Antártica;

- 1565 a Fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro;

- 1567 - reconquista do território; criação da Real Capitania do Rio de Janeiro;

- 1619 a 1709 - Definição de novos limites territoriais das Capitanias originais;

- 1721 - Incorporação de Parati à Capitania de São Paulo;

- 1726 - Reincorporação de Parati à Capitania do Rio de Janeiro;

- 1743 - Incorporação da área acima da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul à Capitania do Espírito Santo;

- 1763 - Transferência da Capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro;

- 1832 - Retorno da área acima da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul à Capitania Rio de Janeiro;

- 1822 - Independência do Brasil; Capitania para Província; Exclusão da área do Município Neutro;

- 1889 - Proclamação República, final do Império do Brasil; Alteração de Província para Estado e Município Neutro para Distrito Federal;

- 1960 - Transferência da Capital Federal para Brasília, Distrito Federal. Criação do Estado da Guanabara;

- 1975 - Inclusão do Estado da Guanabara como o novo Município do Rio de Janeiro.

Os mapas das figuras 7 à 10 mostram como se processou a afirmação política do Estado em relação aos seus limites com os demais estados limítrofes, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

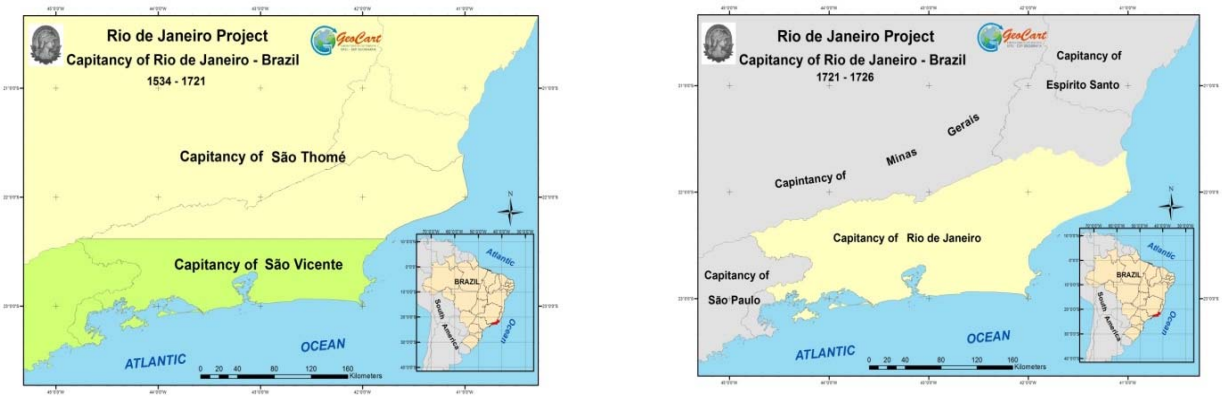

Figura 7 – Períodos de 1534 a 1721 e 1721 a 1726

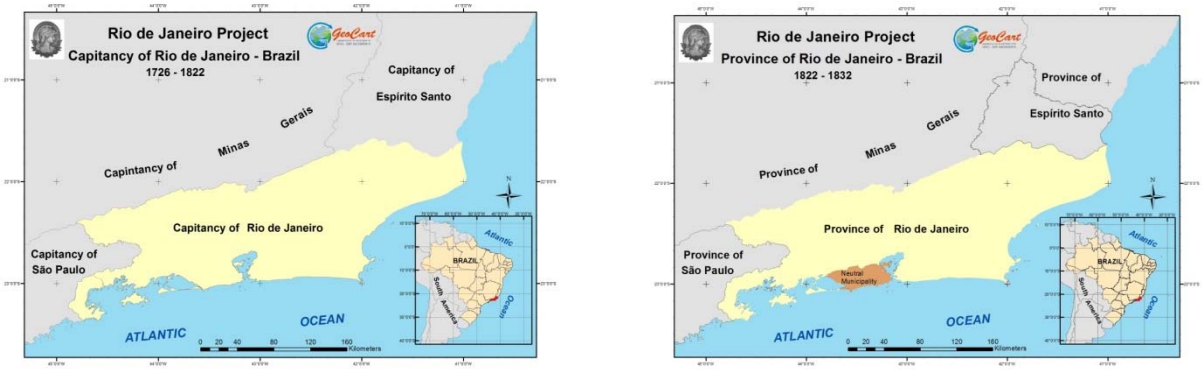

Figura 8 – Períodos de 1726 a 1822 e 1822 a 1832

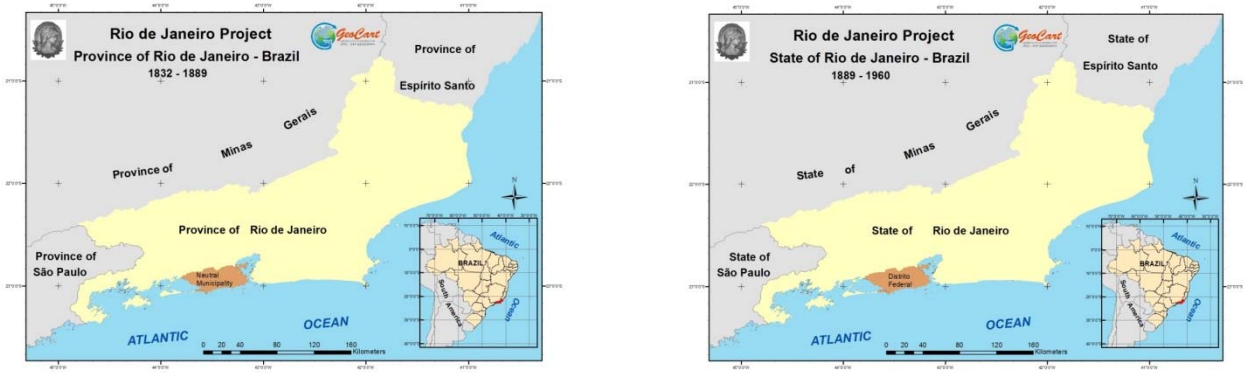

Figura 9 – Períodos a 1832 a 1889 e 1889 a 1960

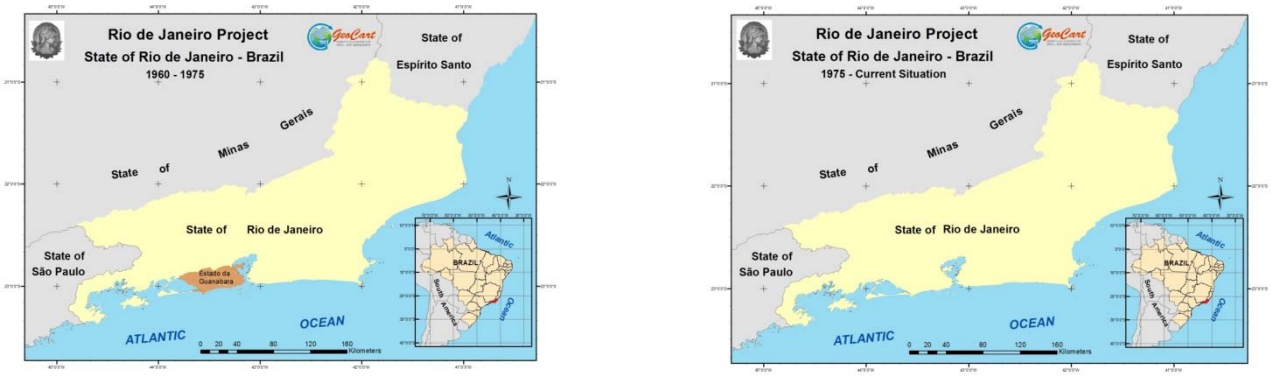

Figura 10 – Períodos de 1960 a 1975 e 1975 e atualidade.

Com relação ao assentamento e conquista do Território, sobre os quais viriam a ser criadas as cidades, vila, termos, paróquias, foram também em parte regidos pelos acontecimentos anteriores, bem como outros fatores socioeconômicos, até a sua consolidação.

O colono do futuro Estado do Rio de Janeiro foi obrigado, em relação à paisagem do seu território, a vencer não só lagoas, alagadiços, charcos, terrenos inundados, brejos e pântanos, nas baixadas, como também montanhas e áreas específicas de planaltos. O estudo dessa expansão territorial, mostra que existiram cinco fatores que, entre outros de menor importância, podem ser considerados de relevância, no processo da ocupação e criação de unidades menores administrativas (SANTOS, 2006). Estes fatores foram os seguintes:

- Implantação do sistema de sesmarias;

- A existência da rede hidrográfica localizada no entorno do recôncavo da baía de Guanabara;

- Uma presença marcante da Igreja Católica nos dois primeiros séculos de colonização, especialmente no território fluminense;

- A exploração de ouro e pedras preciosas região das Minas Gerais, a partir de 1695 e

- A chegada da família real em 1808 ao Rio de Janeiro.

A implantação do sistema de sesmarias veio contribuir tanto para a expansão do território conhecido, como também para efetivar a sua exploração. No sistema das Capitanias hereditárias, os direitos adquiridos na ocasião da doação das capitanias eram hereditários, porém cabia aos donatários a posse de apenas vinte por cento do total das terras, devendo o restante ser concedido a terceiros, através desse sistema de concessão.

As sesmarias eram doadas a homens de muita posse, com família constituída, e cada um poderia receber apenas uma doação. As condições de doação obrigavam ao sesmeiro medir e demarcar as terras; torná-las produtivas com agricultura e confirmá-las em tempo hábil, depois de cumpridos os dois primeiros estágios. Também era de sua obrigação a defesa da área contra invasões.

O sistema de sesmarias marca o início efetivo da ocupação da Colônia, com a instalação dos primeiros engenhos de açúcar e a fundação das primeiras vilas e fortes na orla litorânea e no interior próximo da costa.

As sesmarias estabeleceram a base exploratória e expansionista do território do Rio de Janeiro, em conjunto com a Igreja Católica, onde o sesmeiro, para demonstrar sua religiosidade e fé, nominava o seu assentamento com o nome do santo de sua devoção, transformando-o, normalmente no primeiro nome geográfico do lugar.

O segundo fator, definido pela existência de uma rede hidrográfica, localizada no interior da baía de Guanabara, facilitou a penetração para o interior, a partir da região hoje conhecida como baixada fluminense, permitindo a instalação de um grande número de núcleos populacionais que deram origem, muitos deles, às atuais sedes de municípios dessa região. A existência dessa rede hidrográfica ajudou a abertura dos caminhos para as minas existentes além da barreira da Serra do Mar, com desnível de quase 2000 metros até a baixada fluminense, um dos limites dessa região.

As baixadas existentes desde Mangaratiba até os limites com o Espírito Santo facilitaram, mas também dificultaram a exploração e penetração para o interior, devido aos inúmeros brejos, pântanos e áreas alagadiças.

Os primeiros colonizadores penetraram na região seguindo o curso dos rios Meriti, Suruí, Sarapuí, Iguaçu, Magé, Inhomirim, Guapimirim, Macacu, Guaxindiba, entre outros instalando os primeiro engenhos e núcleos populacionais, bem como implantando a agricultura na área ocupada.

Dois portos fluviais foram muito importantes para esta penetração, sendo entrepostos de abastecimento e infraestrutura de transportes para viajantes e exploradores além da Serra do Mar, no caminho das Minas Gerais. Os portos fluviais da Estrela e o da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu podem ser dados como exemplos desses entrepostos.

A presença efetiva e constante da Igreja Católica no território fluminense nos dois primeiros séculos de colonização caracteriza o terceiro fator de influência sobre toponímia fluminense. Era incentivada e permitida pelo poder político da época, que tinha seus recursos totalmente comprometidos com o aparelho burocrático e com a defesa externa.

A Igreja exerceu um papel pioneiro na mediação entre a cultura portuguesa e a dos povos originários do Brasil, ao entrelaçar as suas inerentes funções religiosas ao poder da Coroa portuguesa, tomando para si o papel que a economia da época não conseguia exercer: agregação da população. O projeto de ocupação da colônia vem a ser também um projeto para a expansão da fé católica na Colônia.

A partir da sede da cidade do Rio de Janeiro incursões exploratórias de padres, seguindo a hidrografia da região, transpunham as montanhas, e ocupavam-se de construir pequenas capelas, escolas de catequese, assim também contribuindo para a ocupação efetiva do território.

A capela normalmente se localizava em posição privilegiada na organização espacial das primeiras povoações visando ter uma dominância social e a vigilância do território. A instalação de uma paróquia significava definir uma espacialidade física, em cujos limites ou termos estavam inscritos os seus fregueses, e por esse motivo a chamavam de freguesia. Era o local onde se faziam todos os registros administrativos, relacionados à comunidade abrangida pela freguesia: nascimentos, óbitos, casamentos, dentre outros. (SANTOS, 2006)

As povoações surgiam em torno das capelas simples. A elevação de algumas dessas capelas como sedes paroquiais, transformando-as em curatos – povoados com a liderança espiritual de um cura ou vigário - ou freguesias, com a presença constante e diária de um sacerdote, dando ao colono um sentimento de identidade com o lugar. Muitas vezes essa poderosa instituição, a igreja, era percebida pelos colonos como muito mais presente que o próprio Estado.

Este fator influenciou de forma considerável a toponímia fluminense nos primeiros dois séculos de colonização e em anos subsequentes, em três aspectos principais, os cultos, festas e quermesses traziam um convívio social para a população. Em torno da igreja matriz organizava-se um arraial, com um pequeno comércio, alguns serviços e moradias, sendo o núcleo das futuras vilas e municípios; a permanência do colono na freguesia de origem facilitava a identidade com essa freguesia, que de assumia o nome de santos do hagiológio católico romano.

A ocupação territorial pode ser analisada através da identificação dos diversos núcleos populacionais existentes em mapas históricos, os quais mostram não só os vetores de penetração, mas também aspectos culturais sobre esta ocupação.

Dois mapas importantes para o início deste estudo são os mapas de Domingos Caspassi e Diogo Soares (circa 1732), figura 11 e Roscio, 1777, figura 12.

Figura 11 - Mappa Chorographico da Capitania do Rio de Janeiro, Domingos Caspassi, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; 1732 (ca).

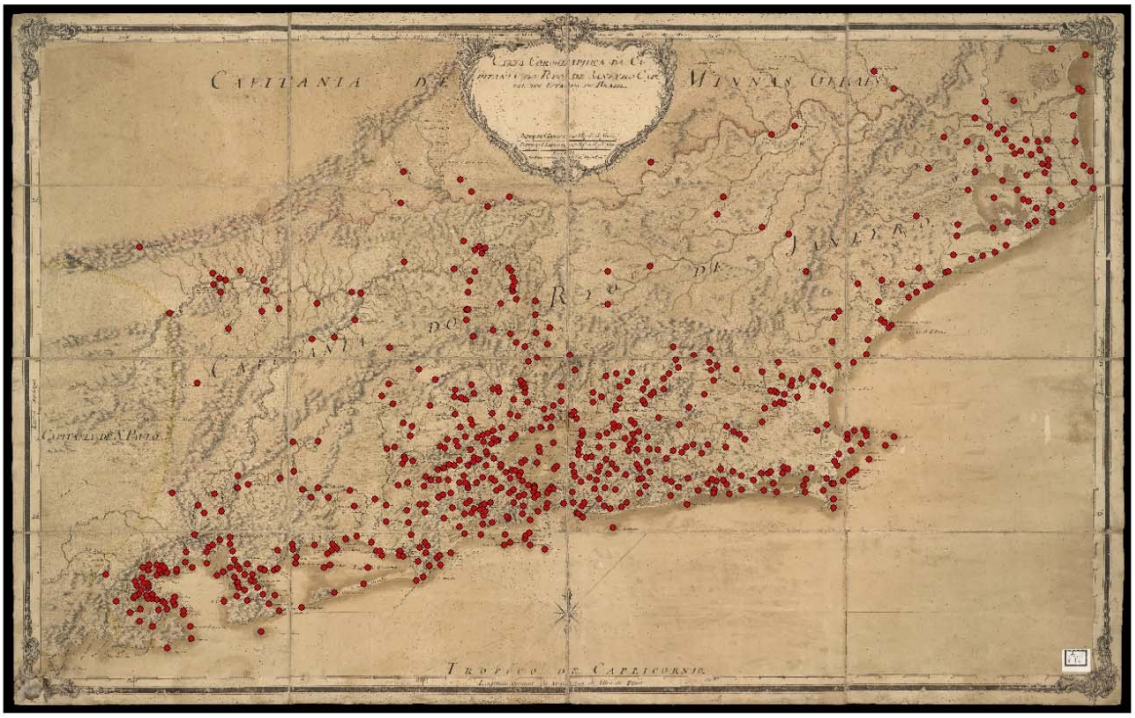

Figura 12 - Carta Chorographica da Capitania do Rio de Janeiro, Sargento Mor Engenheiro Francisco João do Roscio, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; 1777.

Através do posicionamento dos topônimos no mapa, facilmente pode ser visualizado os principais eixos de penetração e a ocupação do interior da então Capitania do Rio de Janeiro. Estado. Pode-se verificar a ocupação do entorno da Baia de Guanabara, Angra dos Reis e a costa a partir de Cabo Frio no mapa de Caspassi. Já no mapa de Roscio, verificam-se os principais eixos para as Minas Gerais, bem como a ocupação ao longo do caminho de São Paulo, além da penetração através do Rio Paraíba do Sul. Ainda no mapa de Roscio, é interessante a afirmação, sobre alguns locais ainda não ocupados, como “sertão ocupado por índios brabos”.

4 - Metodologia

4.1 Pesquisa Toponímica

A ligação entre a Cartografia Histórica e a Toponímia é definida pela extração dos nomes geográficos, topônimos existentes nos mapas históricos, estabelecendo-se uma estrutura temporal para os nomes identificados sobre um mesmo local. Dessa forma é possível a definição de uma cronologia aplicada ao nome, bem como a verificação das alterações sofridas pelo nome ao longo do tempo.

A data dos mapas não necessariamente caracteriza a época precisa das alterações, porém confirmam as alterações ocorridas em períodos determinados.

Um exemplo pode ser dado através de um topônimo, por exemplo, Cachoeira de Macacu. A tabela 1 mostra a evolução do nome, desde a sua criação em 1647, até a última alteração, ocorrida em 1943.

Tabela 1 – Alteração Toponímica de Cachoeiras de Macacu

	Nome	Data	Tipo
1	Santa'anna de Japuíba	1647	Capela
2	Santo Antônio de Sá de Macacu	1679	Vila
3	Sant Anna de Macacú	1868	Cidade
4	Sant Anna de Japuíba	1898	
5	Cachoeiras	1938	
6	Cachoeiras de Macacú	1943	

Dessa forma é de se esperar que entre as épocas definidas, encontrem-se nos mapas os nomes estabelecidos nas alterações. Praticamente todos os municípios passaram por uma evolução semelhante, como o atual município de Nova Iguaçu, passando por Maxambomba, Yguassu, Iguassu, Nova Iguassu e Nova Iguaçu, num total de cinco alterações em dois dos aspectos considerados (MENEZES et alli, 2003).

Por outro lado, uma vez que se dispõe dos mapas históricos, a toponímia de todas as feições geográficas é extraída. A metodologia de extração da toponímia dos mapas históricos foi montada com a sua catalogação e identificação da estrutura geográfica associada, sendo separada por feições. Foram determinadas 5 (cinco) tipos de características de agrupamentos de feições:

- Hidrográficas: rios, praias, cabos, lagos, lagoas, baías, ilhas etc;

- Orografia: morros, picos, montanhas e outras;

- Nucleos urbanos e populacionais: cidades, vilas, aldeias, capelas, igrejas, freguesias, etc;

- Uso do solo: fazendas, usinas, moinhos, comércio, pousadas, etc

- caminhos: estradas, caminhos, vias férreas, paradas, estações, etc.

Os nomes forma extraídos de forma manual e armazenados em uma base de dados. Para cada mapa, foi efetuada uma orientação baseada na imagem recebida e cada nome extraído, foi associado a uma coordenada local, levando-se em conta a origem do canto inferior esquerdo da imagem, visando um posterior georreferenciamento.

Com este material tem-se em mão uma riquíssima fonte de informações, sobre aspectos culturais e históricos sobre a ocupação do Estado do Rio de Janeiro.

4.2 Pesquisa Histórico-Geográfica

A pesquisa geográfica diz respeito aos limites das divisões administrativas e a Cartografia Histórica fornece documentos consistentes para clarificar e estabelecer elementos de comprovação das pesquisas e inferências geográficas.

A Lei Orgânica dos Municípios, o Decreto-Lei N. 311 – de 2 de Março de 1938, trouxe não só para o Rio de Janeiro, mas para todo o Brasil, alterações e mudanças de nomes de uma grande parte dos municípios. Algumas mudanças que afetaram municípios do estado aconteceram no município de Bom Jardim, que em 1943 passou a chamar-se Vergel, retornando ao antigo nome em 1946 e no em Valença, que passou a denominar-se Marquês de Valença, retornando ao nome original em 1959.

Observe-se que deve ser considerada cada uma destas alterações, para que seja criado o quadro geral de mudanças ocorridas no Estado.

Em relação ao Município de Valença, existe um fato no mínimo curioso, em relação aos distritos de Ipiabas e Conservatória. Em 1943, na promulgação da Lei Orgânica, o município contava com sete distritos: Valença, Conservatória, Desengano, Ipiabas, Pentagna ex-São Sebastião do Rio Bonito, Santo Antônio do Rio Bonito e Santa Isabel do Rio Preto e Rio Preto ex-São Sebastião do Rio Preto. Pelo decreto-lei estadual nº 1056, de 31-12-1943, o município de Valença passou a denominar-se de Marquês de Valença. Sob o mesmo decreto o distrito de Rio Preto passou a denominar-se Parapeúna e ainda os distritos de Conservatória e Ipiabas deixam de pertencer ao município de Marquês de Valença, ex-Valença para ser anexado ao município de Barra do Piraí.

Neste momento acontece que Conservatória corta o município separando os distritos de Pentagna, Juparana, Valença e Parapeuna de Santa Isabel do Rio Preto, sofrendo o município uma solução de continuidade em relação ao seu território (MENEZES et alli, 2014). A figura 13 mostra o problema apresentado.

Figura 13 – Situação de Valença atual e Barra do Piraí entre 1943 e 1947

Esta situação só se consertará em 1947, quando o município de Marquês de Valença "compra" o distrito de Conservatória, anexando-o novamente ao seu território. A figura 7 mostra os mapas desses períodos.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) número 67-2, de 1904 apresenta o Estado com 48 divisões administrativas em 1896, número também presente na Divisão Administrativa de 1911 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMÉRCIO, 1913).

A tabela 2, retirada da publicação da Divisão Administrativa do Brasil (Departamento Nacional de Estatística, 1933), mostra o quantitativo de cidades e vilas no período de 1890 a 1930. Observe-se que se mantém fixo em quarenta e oito municipalidades de 1900 a 1930, no entanto tem-se que buscar as possíveis alterações toponímicas e geográficas já citadas (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1933).

Tabela 2 – Distribuição das cidades e vilas no período de 1890 à 1930

ESTADOS. DISTRICTO FEDERAL E TERRITORIO	1890			1900			1910			1920			1930		
	Cidades	Villas	Total	Cidades	Villas	Total	Cidades	Villas	Total	Cidades	Villas	Total	Cidades	Villas	Total
Alagôas	10	23	33	19	15	34	21	15	36	25	11	36	28	9	36
Amazonas	4	12	16	8	17	25	8	18	26	9	19	28	10	8	18
Bahia	21	89	110	47	79	126	57	72	129	58	78	136	74	77	151
Ceará	26	58	84	27	52	79	28	54	82	36	38	74	42	41	83
Districto Federal	1	—	1	1	—	1	1	—	1	1	—	1	1	—	1
Espirito Santo	6	8	14	12	17	29	13	16	29	14	17	31	18	14	32
Goyaz	16	15	31	18	19	37	23	20	43	27	23	50	31	21	52
Maranhão	10	37	47	12	41	53	13	39	52	19	46	65	27	39	66
Matto Grosso	5	7	12	6	6	12	6	10	16	14	7	21	22	3	25
Minas Geraes	100	17	117	117	7	124	117	19	136	129	49	178	179	35	214
Pará	14	38	52	30	20	50	32	21	53	33	23	56	25	7	32
Parahyba do Norte	9	32	41	10	26	36	12	27	39	12	27	39	17	22	39
Paraná	9	26	35	16	24	40	19	26	45	23	28	51	31	27	58
Pernambuco	24	38	62	37	21	58	59	—	59	59	—	59	84	—	84
Piauhy	12	21	33	14	20	34	16	20	36	17	24	41	19	27	46
Rio de Janeiro	31	15	46	34	14	48	34	14	48	34	14	48	34	14	48
Rio Grande do Norte	12	24	36	13	24	37	13	24	37	17	20	37	23	18	41
Rio Grande do Sul	22	41	63	23	43	66	27	40	67	28	44	72	28	52	80
Santa Catharina	8	14	22	9	17	26	9	18	27	14	20	34	17	19	36
São Paulo	59	77	136	87	86	173	173	—	173	204	—	204	259	—	259
Sergipe	11	22	33	13	20	33	14	20	34	17	17	34	18	22	40
Territorio do Acre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	—	5	5	—	5
BRASIL	410	614	1.024	553	568	1.121	695	473	1.168	795	505	1.300	992	454	1.446

Desta forma o trabalho está sendo balizado para que ofereça com a maior fidelidade e completude, um retrato cartográfico mais próximo da realidade para cada período.

A metodologia que está sendo aplicada ao desenvolvimento dos trabalhos mistura a pesquisa bibliográfica, essencial, com a consulta extensiva e ostensiva aos documentos cartográficos históricos.

Para a definição dos períodos detectados, são escolhidos dois períodos limites, sendo então efetuadas as alterações, tanto nos mapas, tabelas e documentos associados.

Exemplificando a tabela 3 mostra algumas das alterações que estão sendo implantadas no projeto.

Tabela 3 – Alterações toponímicas de alguns dos municípios.

Nr	Município	Período	Alteração	Obs
1	Bom Jardim	1944-1947	Alteração toponímica para Vergel	Lei Orgânica
		1947-	De Vergel para Bom Jardim	
2	Valença	1944-1959	Alteração toponímica para Marquês de Valença	Lei Orgânica
		1959-	Marquês de Valença para Valença	
		1944-1947	Alteração territorial com Barra do Pirai	
3	Cachoeiras de Macacu	1647-1679	Santa'Anna de Japuíba	
		1679-1868	Santo Antonio de Sá de Macacu	
		1868-1898	Sant´ Anna de Macacú	
		1898-1938	Sant´ Anna de Japuíba	
		1938-1943	Cachoeiras	
		1943-	Cachoeiras de Macacú	Lei Orgânica
4	Cambuci	1891-1918	Troca do nome original Monte Verde para Cambuci	
5	São Fidelis	1840-1870	São Fidelis de Sigmaringa para São Fidelis	
6	Cantagalo	1814-1857	São Pedro de Cantagallo para Cantagallo	
		1947	Cantagalo	Reforma Ortográfica 1943
7	Rio Claro	1943-1956	Rio Claro para Itaverá	Lei Orgânica
		1956	Itaverá para Rio Claro	

4.3 Confrontações com Mapas Históricos

Alguns exemplos de mapas podem ser dados, como aqueles que fornecem elementos essenciais de suporte à pesquisa geográfica, principalmente em relação ao século XIX.

A Carta Geographica de 1823 mostra uma divisão administrativa que infelizmente não condiz com a pesquisa documental. Os limites sugerem uma divisão política administrativa para a época, definida pelas seguintes vilas e cidades: Rio de Janeiro (1), Magé (2), Resende (3), Parati (4), Angra dos Reis (5), Niterói (6), Cabo Frio, (7), Campos dos Goytacazes (8) e São João da Barra (9), conforme a figura 10. Existe, porém uma inconsistência. Segundo a história da divisão administrativa do Estado do Rio de Janeiro, nesta época a Província deveria contar com 15 divisões e não apenas nove. Por outro lado o mapa inclui como pertencentes à Província, as áreas de Campos dos Goytacazes, acima do Rio Paraíba e as de São João da Barra, que haviam sido desmembradas em 1743 e incorporados à Capitania do Espirito Santo, apenas retornando ao Rio de Janeiro em 1832. Esta divisão é bem representada na Planta da Província do Rio de Janeiro, de 1830, pertencente ao Arquivo Nacional. A figura 14 mostra a confrontação dos limites retirados do mapa (MENEZES et ali, 2015).

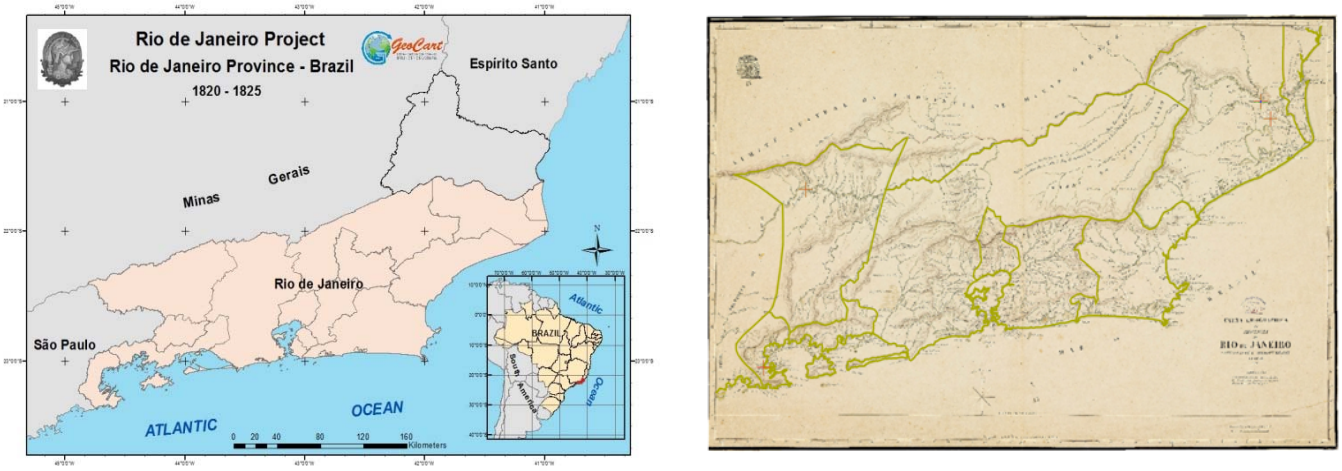

Figura 14 – Divisões administrativas extraídas do mapa de 1823. Fonte: Biblioteca Nacional RJ e Departamento de Infraestructura de Engenharia, Portugal.

A Planta da Província do Rio de Janeiro, de 1830 dá um excelente apoio para a divisão da Província do Rio de Janeiro. Foram identificadas treze vilas e quatro cidades, porém não existem linhas demarcatórias de limites. Apesar de no processo inicial o número de divisões seja bem próximo, 16, ainda devem ser verificados os limites mais próximos da realidade. A figura 15 apresenta o mapa de 1830.

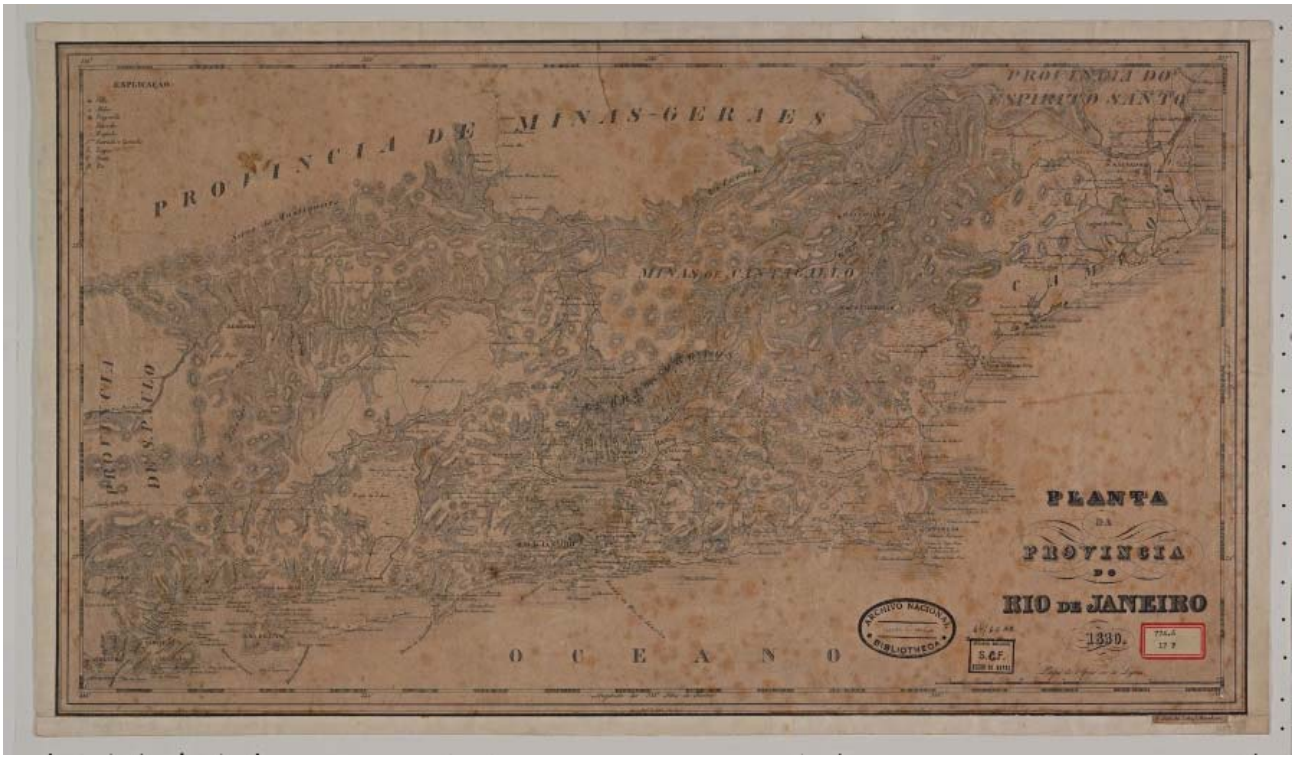

Figura 15 - Planta da Província do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional -1830.

A Carta da Província do Rio de Janeiro de 1840, na figura 16, indica a existência de 23 divisões administrativas as quais são comprovadas dentro da evolução definida na pesquisa.

Figura 16 - Carta da Província do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1840.

A Carta Topográfica e Administrativa de 1850 apresenta uma divisão em 9 cidades e 20 vilas, as quais limitam as divisões administrativas. O mapa por si é muito deformado, apresentando apenas as divisões em Comarcas. No entanto é importante o aspecto qualitativo das divisões, conforme mostra a figura 17.

Figura 17 – Carta Topographica e Administrativa da Província do Rio de Janeiro – 1850 – Fonte: Arquivo Nacional

A Carta Corographica da Província do Rio de Janeiro de 1857 apresenta uma das mais prováveis divisões administrativas da época. A menos das deformações apresentadas no mapa, pode-se delimitar com razoável precisão os limites de cada uma das vinte e três divisões apresentadas. A figura 18 mostra a comparação obtida.

Figura 18 – Carta Chorográfica da Província do Rio de Janeiro - 1857– Fonte: Arquivo Nacional

5 – Conclusões e Resultados Parciais

O projeto encontra-se no momento em andamento, havendo ainda bastante trabalho a ser executado, principalmente em relação à estruturação das informações que serão incorporadas à base de dados.

Em relação ao aspecto temporal dos mapas, estão sendo caracterizadas três épocas distintas: uma primeira caracterização de divisão política comprovada, definida e determinada pela lei de criação dos municípios de 1943, marca a primeira série. A segunda série temporal é definida pela existência de documentação, tanto escrita como cartográfica, que permita estabelecer os limites não comprovados, porém bastante próximos da realidade. Esta série foi denominada de série provável, a qual utiliza fortemente toda a cartografia disponível do século XIX. Esta série é limitada pela carta de 1823. A terceira série, no entanto, traduzirá uma informação temporal correta, porém sob uma visão espacial apenas estimada, devido à impossibilidade de se estabelecer limites corretos, por falta de informação espacial. Esta série corresponde ao período final, de 1823 até 1565.

Esta divisão seriada, no entanto, não impedirá que se tenha uma visão clara da involução, ou da cartografia reversa da divisão administrativa do Estado.

Até o momento já foram reunidos dados e informações que permitem avaliar todos os períodos.

Os próximos desafios, os quais também estão sendo trabalhados, envolvem a criação da base de dados espaço-temporal e elaboração dos documentos multimídia e WEB, estão em processo final de desenvolvimento.

Ao final do trabalho, será estabelecida toda a metodologia para o tratamento de “involuções cartográficas”, que poderão ser aplicadas aos demais Estados do país, bem como à cidades especificas, que permitam este tipo de pesquisa aplicada.

Juntamente com este trabalho estão sendo desenvolvidas as seguintes pesquisas:

- Infraestrutura de dados espaciais, voltada para a Cartografia Histórica, tanto em termos de mapas digitalizados matricialmente, como para vetorizações que venham a ser executadas sobre as imagens;

- Banco de Dados Toponímico do Estado, espaço-temporal com a toponímia extraída de todos os mapas históricos e topográficos do estado em suas diversas escalas.

- Estrutura de metadados aplicada à Cartografia Histórica e Toponímia do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda não se pode definir uma data de término do projeto, devido a sua ligação com os demais em trabalho pelo Laboratório de Cartografia, mas pelo menos um horizonte de mais dois anos de trabalho é previsto.

6 – Bibliografia

ARLINGHAUS, S. L., Practical Handbook of Digital Terms and Concepts, CRC Press, Boca Ratton. 1994.

BOARD, C., Report of the Working Group on Cartographic Definitions, Cartographic Journal, 29, pp 65-69. 1990.

ESCOBAR, I. Formação dos Estados Brasileiros. Rio de Janeiro: A Noite, 19[..].

IBGE. Cidades@. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index2.htm>.

IBGE. Síntese da Documentação Histórica-Administrativa e Geográfica dos Estados do Brasil – Rio de Janeiro; FIBGE, Rio de janeiro, 1995

IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros; FIBGE, Rio de Janeiro, 1960

MENEZES, P. M. L., Notas de Aula de Cartografia e Cartografia Temática, Não publicadas, Curso de Graduação em Geografia, Dep de Geografia, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ. 1996a.

MENEZES, P. M. L., DIAS, A C., COSTA, B. F., Involução Cartográfica do Estado do Rio de Janeiro, 9º Encuentro de Geógrafos de América Latina, EGAL, Mérida, México, 2003

MENEZES, P. M. L., SANTOS, C.J.B., FERNANDES, M.C., Unindo Cartografia Histórica e Toponímia no Estado do Rio de Janeiro, V Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica – Petrópolis,RJ Brasil, 2013

MENEZES, P. M. L., DIAS, A. C., SARDELLA A.B., NASCIMENTO J.R., UCHOA D.G., Evolução Político-Administrativa do Estado do Rio de Janeiro, XXV Congresso Brasileiro de Cartografia – Gramado,RS, Anais em meio digital, Brasil, 2014

MENEZES, P. M. L., FERNANDES, M.C., SOUZA, K.S., SARDELLA A.B., Historical-Toponymic Analysis of the 1823 Carta Geographica of the Rio de Janeiro Province, 27th International Cartographic Conference, Proceedings in HTTP://icc2015.org, Rio de Janeiro, Brazil, 2015

Ministério da Agricultura, Indústria e Commércio, Divisão Administrativa de 1911, Directoria do Serviço de Estatística, Rio de Janeiro, 1913.

IHGB, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, número 67, parte II, Rio de Janeiro, 1904.

Ministério da Agricultura, Indústria e Commércio, Divisão Administrativa de 1933, Departamento Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1933.